

## EXPRESSÕES REFERENCIAIS CONDENADAS PELA NORMA

*Valdinar Custódio Filho\**

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa a apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa cujo objetivo é analisar as expressões referenciais no que diz respeito às suas inadequações. A partir da concepção de construção compartilhada de referentes textuais, subjacente à idéia de referenciação (MONDADA e DUBOIS, 2003<sup>1</sup>), pretendemos avaliar até que ponto esse compartilhamento é efetivado em uma situação de interação entre professor e aluno, via redação escolar. Trata-se de uma situação particular em que as restrições às escolhas referenciais podem se fazer sentir com mais freqüência, em virtude da atuação de correção de um professor.

Nosso objetivo maior, com tal pesquisa, é investigar as motivações alegadas por professores de português quanto ao julgamento a respeito da inadequação de expressões referenciais presentes nos textos de aprendizes. Pretendemos, assim, avaliar o que seria mais valorizado no ambiente escolar no que toca à produção escrita dos alunos. Afinal, dentro de uma realidade em que os parâmetros curriculares apontam para um ensino de língua cujos pontos de partida e chegada sejam o texto, espera-se que a preocupação maior do professor-corretor seja a avaliação do texto enquanto um veiculador de sentido, e não um depositário de frases que devem estar submetidas perenemente às prescrições gramaticais. Sendo assim, a proposta teórica da referenciação tem muito a contribuir para a efetivação dessa postura.

Como se trata de uma pesquisa inicial, julgamos relevante começarmos apresentando a importância da temática dentro dos estudos em referenciação. Para isso, traçamos, na seção 2, um panorama dos estudos feitos até então e argumentamos a relevância de uma pesquisa nos moldes da que pretendemos realizar. Em seguida, na seção 3, fazemos uma brevíssima descrição dos referenciais teóricos que assumimos aqui; além da referenciação, também necessitamos discutir os conceitos de aceitabilidade e de norma lingüística. As seções 4 e 5 são reservadas, respectivamente, para a apresentação da metodologia e do estágio atual da pesquisa.

Nosso trabalho está vinculado ao Grupo Prottexto, coordenado pela professora doutora Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), que há dois anos vem realizando pesquisas na área de lingüística textual, especificamente sobre gêneros discursivos e processos de referenciação.

---

\* Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>1</sup> O artigo citado é tradução de MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. *TRANEL*. 1995, 23. p. 273-302.

## 2. LOCALIZANDO O QUESTIONAMENTO

Dentro da lingüística textual, o estudo das formas de referir sempre teve lugar de destaque. Na verdade, a correferência foi um dos primeiros fenômenos que possibilitou uma abordagem lingüística que tivesse um escopo fosse maior que a frase, iniciando assim a primeira fase da lingüística textual, conhecida como o período da análise transfrástica. Não só neste, mas em outros estágios, permaneceu a preocupação com os procedimentos utilizados para se fazer a retomada de referentes textuais (cf. KOCH, 2004).

No momento atual dessa disciplina, que garante acentuada relevância aos aspectos sociocognitivos envolvidos no processamento textual (KOCH, 2003 e 2004), não se pode negar que o estudo das expressões referenciais enveredou por um novo rumo a partir da proposta teórica de Mondada e Dubois denominada de referenciação (2003). Essa proposta postula que, no texto, dá-se por meio da linguagem a discretização do mundo, que resulta obrigatoriamente de uma elaboração cognitivo-social. Assim, os referentes textuais não são representações extensionalistas dos fenômenos empíricos. Na verdade, a experiência perceptual é elaborada, cognitiva e socialmente, dentro do processo discursivo, pelos interlocutores.

Alguns estudos em referenciação, pelo caráter de “novidade” da teoria, pretendem fornecer um quadro discriminatório dos diferentes tipos de expressões referenciais, principalmente no que toca ao papel dessas construções na continuidade e progressão textual. Também vemos nesses trabalhos a intenção de propor operacionalização para o tratamento metodológico de outras pesquisas na área. São essas preocupações que percebemos, por exemplo, em Koch e Marchuschi (1998), Marchuschi (2000b), Koch (2003) e Cavalcante (2003).

Também há pesquisas que se preocupam em analisar um tipo específico de construção referencial. Assim é que vemos trabalhos que se preocupam em enfatizar as características das rotulações metadiscursivas (JUBRAN, 2003), da anáfora indireta (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1999; MARCHUSCHI, 2000a; SCHWARZ, 2000), dos recategorizadores (APOTHÉLOZ e REICHLER-BÉGUELIN, 1995; TAVARES, 2003), dos encapsuladores (FRANCIS, 2003; CONTE, 2003) e dos dêiticos (CIULLA, 2002). Em muitos desses estudos também há a preocupação em propor tipologias.

Todos os trabalhos citados têm como preocupação maior investigar os referentes do ponto de vista dos seus mecanismos intrínsecos de funcionamento. Julgamos, no entanto, que são poucos os estudos que se preocupam em investigar os referentes textuais como resultado de escolhas de interlocutores motivadas sociocognitivamente; em outras palavras, estudos cujo foco principal esteja nas motivações dos falantes em relação à seleção das expressões referenciais.

Nesta linha, temos conhecimento apenas dos trabalhos de Apothéloz e Chanet (2003) - que investigam as situações que favorecem o uso ou do demonstrativo ou do artigo definido nas expressões nominais, em francês -; Gary-Prieur e Noailly (2003) - que investigam o que elas consideraram como anáforas indiretas construídas com demonstrativos, em textos literários -; Koch e Marchuschi (1998) - que mostram a ocorrência de anáfora indireta pronominal em textos falados -; Melo (2001) - que faz um apanhado das ocorrências de anáforas indiretas esquemáticas pronominais em entrevistas escritas e notícias de telejornais.

Mesmo no âmbito das pesquisas que analisam as motivações, sentimos falta de trabalhos que se preocupem não apenas com os processos de escolhas referenciais (que

dizem respeito quase que exclusivamente ao papel do produtor dos textos), mas sim com o processamento interpretativo destas expressões por parte do co-enunciador. Se aceitarmos que a designação referencial passa por um processo submetido não apenas a várias escolhas, mas também a algumas restrições (ou várias, dependendo da situação de interação), não será difícil constatar a possibilidade de haver, do ponto de vista do co-enunciador, expressões referenciais que sejam rejeitadas em algumas situações de interação.

Apesar de alguns estudos defenderem que certos usos lingüísticos comumente proscritos pela gramática tradicional têm uma motivação discursivo-textual relativamente evidente (por exemplo, a discussão que Koch (2003) faz sobre a concordância associativa), permanece o fato de que estes usos continuam a ser condenados em grande parte das situações de interação, especialmente nas situações formais e ainda mais especialmente na modalidade escrita. Isso implica que a seleção de expressões referenciais também está sujeita, como qualquer uso lingüístico, a coerções, impostas culturalmente por uma norma lingüística.

A imposição normativa a alguns usos referenciais constitui um fenômeno ainda não explorado em pesquisas na área de referenciação. Igualmente, percebemos uma lacuna nas pesquisas a respeito de uma discussão sobre as coerções aos usos referenciais em textos de aprendizes. Nas redações, os produtores-alunos, por ainda estarem em processo de conhecimento das características específicas de textos mais direcionados ao meio escrito, ainda desconhecem muitos dos aspectos normativos envolvidos nesse tipo de interação. Especificamente sobre as formas referenciais, torna-se importante saber se o desrespeito aos aspectos normativos comprometeria a construção discursiva dos referentes.

Encontramos nessa temática um mote para propormos um trabalho que possibilite esclarecimentos sobre qual seria o papel normativo na condenação de certas expressões referenciais no meio escrito, dentro do ambiente escolar. Adiantamos desde já que nossa hipótese inicial assume que, no julgamento sobre a adequação de expressões referenciais, os professores são mais influenciados pela desobediência das expressões à norma padrão do que a outros fatores (por exemplo: a interferência dessas expressões na coerência textual).

### **3. ASSUMINDO OS REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Além do referencial teórico básico, a referenciação, trabalharemos ainda com os conceitos de aceitabilidade e de norma lingüística.

Em relação ao que já foi dito sobre a referenciação, acrescentamos que é preciso não extrapolar no que diz respeito ao papel da subjetividade dentro das negociações de sentido (daí Mondada e Dubois (2003) falarem em intersubjetividade, salientando a idéia de subjetividade partilhada e dependente do co-enunciador). Caso contrário, cair-se-ia na idéia de língua como expressão do desejo e pensamento individual do falante. Quanto a isso, concordamos com Marchuschi, para quem “a realidade empírica extra-mental existe, mas mais do que uma experiência estritamente sensorial e especularmente refletida pela linguagem é discretizada no processo de designação discursiva e dependente de um trabalho cognitivo realizado no discurso” (MARCHUSCHI, 2000b: 80). Portanto, o sujeito não cria sua realidade do nada, conforme seus desejos.

Ainda no tópico de questões concernentes à referenciação, assinalamos que, para fins de análise das expressões possíveis de serem consideradas inadequadas, utilizaremos a

proposta classificatória de Cavalcante (2003)<sup>2</sup>. Julgamos que a classificação da autora é adequada porque, ao oferecer uma classificação geral que engloba anafóricos e dêiticos, fornece uma sistematização ao mesmo tempo simplificada e abrangente. Em nossa pesquisa, a classificação se faz importante por dois motivos: a) para que reconheçamos nas redações escolares as estratégias utilizadas nas escolhas das expressões referenciais; b) para que determinemos que expressões referenciais poderiam ser consideradas inadequadas e em que medida a estratégia utilizada por trás da escolha da expressão seria considerada a causa da inadequação.

Quanto à aceitabilidade, concordamos com Apothelóz e Reicler-Béguelin (1999: 6), para quem “uma atenção especial deve ser dispensada às discrepâncias, discordâncias e interesses estratégicos conflitantes que podem ocorrer entre codificador e decodificador”. A partir dessa tese, ressaltamos que a aceitabilidade, enquanto fator de textualidade (ver Costa Val, 1999), não pode estar ausente em uma pesquisa que tenha como foco o receptor.

Se entendida, em sentido restrito, como “a atitude dos interlocutores de aceitarem a manifestação lingüística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância” (KOCH, 2004: 43), podemos pensar que em todas as situações de interação os interlocutores farão de tudo para recuperar o sentido pretendido pelo(s) produtor(es). Entretanto, sugerimos que se fale em *graus de aceitabilidade*, que podem variar de situação para situação. Basta pensarmos quão diferente é, por exemplo, o esforço de um interlocutor para recuperar o sentido em uma conversação espontânea daquele de um professor que está corrigindo a redação de seu aluno. No segundo caso, provavelmente, a tolerância para com os desvios é bem menor.

Por fim, a norma lingüística. Acataremos a sugestão de Bagno (2000), que reconhece dois “tipos” de norma. A primeira seria a norma padrão – “sistema de instruções que definem o que deve ser escolhido entre os usos de uma dada língua se se quiser conformar a um certo ideal sociocultural” (DUBOIS *et al.*, 1978 apud BAGNO, 2000: 148). Essa norma seria parcialmente equivalente à norma subjetiva – “relativa a um sistema de valores que norteia o julgamento subjetivo do desempenho lingüístico dos falantes dentro de uma comunidade” (LUCCHESI, 1996: 70).

O segundo tipo equivaleria ao que Bagno chama de variedades cultas - usos que efetivamente resultam da prática social, correspondendo à fala dos segmentos socialmente favorecidos (BRITTO apud BAGNO, 2000). O conceito guarda equivalência com a norma objetiva – “relativa a padrões observáveis na atividade lingüística de um grupo determinado” (LUCCHESI, 1996: 70).

Além da divisão proposta por Bagno, cremos ser necessário fazer uma distinção no que se refere aos tipos de usos lingüísticos sujeitos a coerções culturais. De um lado, teríamos coerções orientando usos “estruturais” – relativos aos substratos do sistema que fazem parte da gramática de uma língua (a saber: fonética/fonologia e morfossintaxe). Do outro, há usos estabelecidos pela comunidade que dizem respeito a questões relacionadas às configurações textuais. Para esse segundo tipo, propomos que se utilize o termo *norma textual*<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Em virtude da falta de espaço, não podemos detalhar aqui a proposta de Cavalcante (2003). Portanto, sugerimos a leitura do artigo original, bem como as mudanças na classificação, que Cavalcante sugere em outro artigo (2004).

<sup>3</sup> Procuraremos deixar esse conceito mais claro com os exemplos que utilizaremos na seção 5 (*Estágio atual da pesquisa*).

Nosso trabalho pretende lançar luzes sobre a relação entre a questão normativa e questões teóricas concernentes à referenciação. Especificamente, pretendemos investigar o que a introdução do aspecto normativo aos estudos em referenciação pode explicitar a respeito da ideias de: processo referencial como escolha; possibilidade de se trazer referentes ao texto com base na memória discursiva; coerência como um princípio de acessibilidade, variável de texto para texto; construção de objetos-de-discurso como uma atividade partilhada entre locutor e interlocutor (no nosso caso, aluno e professor, respectivamente).

#### **4. DELINEANDO O MÉTODO**

Nesse item, procuramos delimitar brevemente as seguintes características metodológicas: sujeitos, instrumentos de investigação, procedimentos e tratamento dos dados.

Os sujeitos de nossa pesquisa serão dez professores de português. A fim de evitar uma heterogeneidade entre os participantes, consideramos o perfil do professor uma variável a ser controlada, para a qual determinamos alguns requisitos:

- o professor deverá ser graduado em letras por um curso de licenciatura plena, tendo concluído sua graduação há menos de dez anos;
- o professor deverá estar cursando ou ter cursado especialização em ensino de língua portuguesa;
- o professor deverá trabalhar em escola particular ou pública, no ensino médio, com correção de redação (ele não obrigatoriamente precisa dar aulas expositivas).

Os dois primeiros requisitos são necessários para que tenhamos sujeitos que foram ou estão sendo preparados para ensinar língua portuguesa a partir de uma perspectiva menos gramatical e mais interacional, já que um sujeito nas condições exigidas já teve ou está tendo sua formação profissional guiada pela concepção de ensino de língua baseado no texto. Já o terceiro requisito propiciará que nossa pesquisa analise, o mais proximamente possível, a realidade sobre a qual teceremos uma discussão.

Os sujeitos serão submetidos a dois instrumentos para recolher os dados a serem analisados. Um deles será a correção dos professores às redações. Para tanto, constituiremos uma amostra de 30 redações produzidas por alunos pré-universitários. Todas as redações são resultados de propostas de produção textual que solicitavam a elaboração de um gênero argumentativo (principalmente artigo de opinião).

O segundo instrumento consistirá de entrevistas que faremos com os sujeitos-professores. Essas entrevistas se darão em dois momentos: antes e depois das correções. Antes, procuraremos saber como os professores corrigem os textos. Julgamos essa primeira sondagem fundamental para que possamos entender as correções feitas pelos professores. Além disso, essa primeira entrevista poderá nos fornecer pistas sobre que aspectos são mais considerados pelos professores quando corrigem textos de alunos.

O material mais importante, sem dúvida, será as entrevistas feitas após as correções. Depois de vermos o que foi assinalado pelos professores como erro, especificamente os que envolvem expressões referenciais, perguntaremos a eles quais as motivações que os

levaram a considerar tais erros. Acreditamos que nesse momento encontraremos com mais propriedade as respostas para o questionamento lançado ao final da seção 2.

Quanto aos procedimentos, apresentamos os estágios que pretendemos seguir para efetivar nossa investigação:

- análise de 77 redações quanto às estratégias referenciais utilizadas para construir a continuidade e progressão textuais, procurando perceber quais expressões poderiam ser consideradas inadequadas;
- recrutamento dos sujeitos da pesquisa;
- seleção de 30 redações a serem corrigidas pelos professores-sujeitos (o critério principal de escolha será a ocorrência, nas redações, de estratégias e formas referenciais possíveis de serem consideradas inadequadas, de acordo com nossa análise prévia);
- primeira entrevista para reconhecer os critérios de correção dos professores;
- correção dos professores (os professores serão divididos em duplas, cada uma recebendo 6 redações para corrigir);
- análise das correções dos professores;
- entrevistas com os professores sobre as motivações levadas em conta na consideração da inadequação das formas referenciais assinaladas na correção;
- análise das entrevistas.

Depois de encerradas as situações de investigação, passaremos à interpretação dos dados. O tratamento será eminentemente qualitativo, sem pretensões estatísticas, procurando radiografar a interação professor/aluno via redação escolar, com ênfase no papel do professor-receptor. Para nossa análise tomaremos como base três pólos: os resultados obtidos nas correções e entrevistas dos professores; os aspectos teóricos da referenciação; as relações que procuraremos estabelecer entre referenciação e norma lingüística.

Procuraremos a partir desses pólos traçar um quadro explicativo que relacione os tipos de expressão referencial inadequadas e as justificativas para tal julgamento. Poderemos então fazer uma discussão teórica sobre a relação ainda pouco estudada entre referenciação e norma lingüística.

Com isso, acreditamos poder fornecer uma reflexão que indique pistas sobre o que é levado em conta na recepção textual para se julgar expressões referenciais como inadequadas. Tentaremos assim dar uma contribuição teórica aos estudos em referenciação, no que diz respeito à maneira como as restrições entram na construção sociocognitiva dos referentes.

## **5. APRESENTANDO O ESTÁGIO ATUAL DA PESQUISA**

Até o momento, já fizemos a análise de 60 das 77 redações a serem selecionadas como nosso corpus. Dessa análise já pudemos depreender algumas ocorrências referenciais possíveis de serem consideradas inadequadas pelos professores-sujeitos de nossa pesquisa. A nosso ver, estas prováveis inadequações podem estar divididas em dois grupos: aquelas inadequadas devido à desobediência de aspectos normativos; aquelas inadequadas devido à interferência na construção do sentido.

Propomos ainda, conforme assinalamos no item 3 (*Assumindo os referenciais teóricos*), que as expressões inadequadas devido à desobediência de aspectos normativos possam ser divididas em duas categorias. A primeira seria a norma estrutural. Neste caso estariam expressões que de alguma forma contrariam regras gramaticais. No caso do texto escrito, as regras desobedecidas estariam no plano da morfossintaxe e podem ser localizadas dentro do escopo da frase.

A segunda categoria seria a norma textual. Trata-se de um conjunto de usos (concretos ou idealizados) concernentes a questões que envolvam o “formato” textual. Esses usos não estão relacionados a regras gramaticais<sup>4</sup>, mas sim a regras “textuais” prescritas, muitas vezes, pelos manuais didáticos de ensino de redação. frequentemente eles são percebidos no plano transfrástico.

Apresentamos a seguir algumas das ocorrências de possíveis inadequações encontradas em nossos exemplares, com uma breve descrição de por que tais ocorrências seriam inadequadas.

## 5.1. Expressões possíveis de serem consideradas inadequadas

### 5.1.1. Quanto ao aspecto normativo

#### a) Quanto à norma estrutural

##### - Repetição da função sintática na mesma sentença

Nestes casos, um anafórico (normalmente pronominal) tem a mesma função sintática, na mesma sentença, que o antecedente.

(1) O dinheiro, além de trazer a felicidade, ele tem o poder de comprar as pessoas, seja no emprego ou na amizade (R5)<sup>5</sup>.

##### - Regência cruzada

Em (2), por exemplo, vemos que uma mesma expressão referencial exerce duas funções sintáticas distintas (sujeito do verbo *diriam* e agente da passiva da locução *fosse feita*), sendo que há entre ambas um desacordo quanto à presença da preposição.

(2) A muitos brasileiros, se fosse feita essa pergunta, sem dúvida diriam que sim. (R7)

#### a) Quanto à norma textual

##### - Anáfora indireta esquemática pronominal

Aqui, o pronome anafórico, não se apresenta no mesmo gênero e/ou mesmo número da expressão antecedente.

(3) A habilitação de um veículo para um menor de idade é uma das maneiras deles mostrarem que são capazes. (R24)

<sup>4</sup> Reconhecemos, no entanto, que alguns casos de inadequação podem ser relativos tanto à norma estrutural quanto à norma textual. É o caso da anáfora indireta esquemática pronominal, cuja inadequação pode estar relacionada à ausência de concordância e/ou uma possível não-equivalência entre termo antecedente e termo anafórico.

<sup>5</sup> A indicação entre parênteses refere-se ao número da redação entre as demais redações do corpus. Todos os exemplos foram transcritos tais quais foram produzidos no original.

Ressalte-se que a discordância flexional tem uma motivação discursivo-cognitiva. Por exemplo, em (3), discursivamente, o sintagma *um menor de idade* é utilizado de forma genérica para se referir a uma coletividade; logo, a retomada, no plano discursivo-textual, pode ser realizada por um pronome no plural.

- **Uso proscrito do pronome**

Essas ocorrências dizem respeito a um pronome sendo usado numa situação em que, de um ponto de vista prescritivo, deveria ser utilizado outro pronome (como nos casos do relativo *onde* quando o antecedente não denota espaço e dos pronomes *ele*, *ela* como objetos diretos) ou até mesmo outra estratégia de retomada referencial (caso clássico do pronome *mesmo* como pronome pessoal, ao que se sugere que se utilize outra maneira de realizar a retomada).

(4) Em um lugar como este o dinheiro pode trazer bastante felicidade, porque sua falta é um dos principais fatores que trazem malefícios à população. E o dinheiro pode ser a solução para os mesmos. (R4)

Veja que o uso de *mesmos* como anafórico não contraria nenhuma regra gramatical, nem prejudica a retomada referencial. Trata-se, portanto, de uma regra num outro plano, o das realizações textuais permitidas ou proibidas.

- **Mudança de campo dêitico pessoal**

Nestes casos, o enunciador passa a marcar explicitamente a sua “presença” ou a do co-enunciador, através de introduções referenciais puras ou recategorizações dêiticas de termos não marcados deiticamente no cotexto precedente. É o que acontece em (5), cujo texto foi reproduzido na íntegra para se perceber que apenas nas cinco linhas finais o enunciador resolveu marcar a presença do co-enunciador.

(5) Onde buscar a felicidade nos dias de hoje? No dinheiro. Ele é que nos tráz felicidade ou será que este sentimento tão necessário a todas as pessoas, é conseguido nas coisas simples do dia-a-dia.

Se é de fato o dinheiro que nos tráz felicidade os ricos devem ser bastante felizes ou então são ricos por que encontraram nela um mercado lucrativo para manterem-se milionários. Porém isto não é o que se ver na realidade. Felicidade nunca foi sinônimo de dinheiro. Na vida comum da maioria das pessoas a felicidade é sentida nos momentos de conquista mas principalmente nas realizações das coisas necessárias da rotina diária. No planejamento de coisas simples como: ir a praia, esperar o filho nascer, assistir o jogo de futebol do seu time, ler um livro que você gosta varias vezes e muitas outras coisas que a vida construída por você, oferece.

O que você construiu de forma boa e descente para sua vida é que lhe tráz felicidade. O dinheiro conta, mas é apenas um meio que veio com o que conquistou, para permitir seus momentos felizes todos os dias. (R2)

- **Remissão a unidades exteriores ao cotexto**

Normalmente estes casos se referem a recategorizações em que os elementos recategorizados (termos antecedentes) podem estar, por exemplo, no título – como em (6) -



ou na proposta – como em (7), de modo que não aparecem no corpo do texto como introdução referencial, o que vai de encontro a uma norma de formulação textual.

(6) Título: Dinheiro x felicidade

São duas coisas imprescindíveis na vida de qualquer ser humano. (R8)

(7) Eu vejo essas reservas de vagas nas universidades para os estudantes de escola estadual, como mais uma esmola disfarçada de interesse pelos menos favorecidos. (R33)

### 5.1.2. Quanto à interferência na construção do sentido

#### - Recategorização não-progressiva

Tais casos ocorrem quando uma ou mais recategorizações são utilizadas em uma proposição cujo conteúdo é repetido de uma proposição em que se encontram a(s) expressão(ões) anafórica(s) antecedente(s).

(8) O nível de instrução ganharia um maior grau de importância, porque a sobrevivência não seria tão difícil, e tendo melhores condições de vida, a população teria mais tempo para se qualificar para o mercado de trabalho. Ou seja, a educação ganharia um enfoque maior, porque as pessoas a veria como uma necessidade maior que não a da alimentação. (R1)

Deixamos a ressalva de que não são apenas estes os fenômenos possíveis de apresentarem inadequação no plano da construção de coerência. Outras ocorrências estão sendo investigadas (por exemplo, os casos de recategorização que ampliam o estatuto referencial, os casos de contradição por uso de uma expressão referencial inadequada e os casos de referentes pouco informativos). Entretanto, estamos ainda em fase de elaboração de justificativas para que se considerem esses casos como da alçada da referenciação. De qualquer forma, lembramos que nossas análises têm a função primeira de selecionar que redações serão entregues aos professores-sujeitos. Portanto, o que consideramos como inadequações possíveis pode não ser considerado por eles, e vice-versa.

Nossa pretensão é de que a pesquisa se encerre em outubro do próximo ano (2005), quando estaremos apresentando nossos resultados sob a forma de uma dissertação de mestrado.

## REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante e Camile Maria Botelho Regadas. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et strategies de designation. In.: BERRENDONNER, A; REICHLER-BÉGUELIN, M-J (eds). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours**. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, 1995: p. 227-271. Tradução (não publicada): Mônica Magalhães Cavalcante. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. Tradução (não-publicada): Mônica Magalhães Cavalcante. **Journal of Pragmatics**. n. 31, p. 363-97, 1999.

- BAGNO, M. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2000.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. In: **Caderno de estudos lingüísticos**. Campinas, n. 44, p. 105-18, jan/jun 2003.
- \_\_\_\_\_. **Processos de referenciação**: uma revisão classificatória. Comunicação apresentada no XIX ENANPOLL. Alagoas: UFAL, 2004.
- CIULLA, A. **A referenciação anafórica e dêitica – com atenção especial para os dêiticos discursivos**. Fortaleza, 104p. Dissertação /Mestrado em Lingüística/ – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2002.
- CONTE, M-E. Encapsulamento anafórico. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- COSTA VAL, M. G. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio Cassan de Deus e Thatiane Paiva de Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- GARY-PRIEUR, M-N; NOAILLY, M. Demonstrativos insólitos. Tradução: Camile Maria Botelho Regadas e Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. In: **Caderno de estudos lingüísticos**. Campinas, n. 44, p. 105-18, jan/jun 2003.
- KOCH, I. G. V.; MARCHUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA**, 14, n. especial, 1998.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à lingüística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LUCCHESI, D. Variação, mudança e norma: a questão brasileira. In: CARDOSO, S. A. M. (org.) **Diversidade lingüística e ensino**. Salvador: EDUFBA, 1996.
- MARCHUSCHI, L. A. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras**. Texto remetido para publicação nos anais do Congresso da CelSul. Curitiba, 2000 (a).
- \_\_\_\_\_. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita do português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHONBERGER, A (org.). **Estudos de lingüística textual do português**. Frankfurt am Main, TFM Editora, p. 79-107, 2000 (b).
- MELO, C. L. M. T. S. **anáfora indireta esquemática pronominal: uma anáfora coletiva genérica e coletiva restritiva**. Recife, 143p. Dissertação: Mestrado em lingüística. UFPE, 2001.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHWARZ, M. **Indirekte anaphern in texten**. Tübingen, Niemeyer. p. 1-22. Tradução (não publicada): Valéria Sampaio Cassan de Deus e Sérgio Krieger Barreira.
- TAVARES, D. P. F. **Processos de recategorização** – uma proposta classificatória. Fortaleza. Dissertação /Mestrado em Lingüística/ – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2003.